

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.428 - SP (2019/0083722-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : G P G R M
ADVOGADO : DANIEL LEON BIALSKI - SP125000
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por **G. P. G. R. M.** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o recorrente foi indiciado em inquérito policial que visava apurar a prática, em tese, do delito previsto no art. 344 do Código Penal.

Encerrada a investigação, o inquérito foi arquivado por decisão do Juízo de 1º grau, em razão da atipicidade da conduta, consoante manifestação do Ministério Público Estadual.

A defesa impetrou mandado de segurança na origem, objetivando o cancelamento do indiciamento feito pela autoridade policial.

A Corte Estadual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. Pedido de cancelamento do formal indiciamento do impetrante. Inquérito policial arquivado diante da ausência de elementos necessários à configuração do delito de coação no curso do processo. Ilegalidade do indiciamento não evidenciada. Direito líquido e certo não verificado. Segurança denegada." (e-STJ, fl. 89).

Neste recurso, renova-se a tese defensiva, segundo a qual o cancelamento do indiciamento do recorrente é ato imperioso, pois constitui ato vexatório e sem necessidade, já que foi determinado seu arquivamento pela autoridade judicial competente.

Aduz que "vê-se que o indiciamento era abusivo, quer porque não se destinou qualquer menção à demonstração da existência de indícios de autoria e materialidade delitiva, quer porque somente se tentou intimar o Recorrente uma única vez, mostrando que o indiciamento foi mais uma represália ao não comparecimento perante a Autoridade Policial deprecada, do que um avanço nas investigações que determinara a existência de elementos da autoria e formalizaria a suspeita contra o ora Recorrente (...)" (e-STJ, fl. 105).

Requer o provimento do recurso para "cancelar o indiciamento praticado, pela patente ausência de justa causa e motivação (...)" (e-STJ, fl. 109).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso ordinário.

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, o cerne da presente impetração consiste em verificar se há ilegalidade na manutenção do indiciamento do recorrente, com o registro do inquérito perante a autoridade policial, mesmo após a determinação de arquivamento do feito pelo Juízo de 1º grau.

Acerca da questão, o Tribunal de Justiça de São Paulo assim consignou:

"Da análise dos autos, depreende-se que o indiciamento do impetrante foi baseado em indícios de autoria e materialidade, de modo que o posterior arquivamento do inquérito o c, policial não o torna ilícito.

Em que pese tenha havido o arquivamento do inquérito policial em questão, não restou demonstrada a ilegalidade do formal indiciamento do impetrante, mas tão somente a ausência de elementos necessários à configuração do delito de coação no curso do processo. Sobre o assunto, trago à colação entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. PRETENSÃO DE CANCELAMENTO DO INDICIAMENTO PRONTO E ACABADO. INEVIDÊNCIA DE AMEAÇA À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO DA AGRAVANTE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES. PARECER ACOLHIDO.

1. O mero indiciamento em inquérito não caracteriza constrangimento ilegal reparável via habeas corpus, uma vez que tal ato é insuscetível de ameaçar, de modo atual ou iminente, seu direito de locomoção.

2. É cediço que o indiciamento só configura constrangimento ilegal passível de intervenção do Poder Judiciário se reputado abusivo ou realizado após o recebimento da denúncia.

3. Inexiste direito líquido e certo no pedido de cancelamento de indiciamento unicamente por ter sido arquivado o inquérito policial em virtude de falta de provas acerca da materialidade do ilícito (RMS n. 9.684/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJ 5/10/1998).

4. No caso, o Ministério Público, após receber os autos do inquérito policial, concluiu pela carência de substratos mínimos exigidos para o prosseguimento da persecução penal, o Juízo Federal homologou a promoção do Parquet e, por via de consequência, determinou o arquivamento do procedimento administrativo (instaurado para apurar o crime previsto no art. 334, § 1º, c, do Código Penal), sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

5. Na hipótese de eventual reabertura das investigações, deverá a defesa questionar o ato já concreto por intermédio da via de impugnação hábil, cujo cabimento deve ser oportunamente avaliado por competente órgão jurisdicional.

6. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 93.548/ES, Rei. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 22/06/2018).

Destaco que não restou cabalmente demonstrada a abusividade da atuação da autoridade policial, haja vista que a conduta do impetrante, em tese, seria passível da configuração do crime de coação no curso do processo. Com efeito, o impetrante atuava na defesa de pessoa possivelmente envolvida com facção criminosa e a vítima trabalhava no setor de inteligência da Polícia Civil, atuando de maneira velada no combate a organizações criminosas.

Do mesmo modo, ressalto que, em que pese o impetrante sustente que

protocolou petição solicitando o adiamento de sua oitiva em solo policial, é certo que, de acordo com a escrivã de polícia que secretariava os autos, ele não compareceu à data agendada e também não justificou sua ausência.

Para a concessão da segurança, exige-se que esteja configurado de forma evidente o direito líquido e certo, que não demande análise acurada do mérito e não dependa de verificação de questões aprofundadas, o que não ocorreu no caso em apreço.

Desta forma, incabível na via estreita deste remédio constitucional o cancelamento do formal indiciamento do impetrante. Com efeito, não considero que o indiciamento em levado a cabo pela d. autoridade policial tenha sido abusivo ou teratológico, restando evidenciada, portanto, a legalidade do ato administrativo.

De mais a mais, observo que, diante da impossibilidade de exclusão dos dados do impetrante, o i. magistrado a quo decretou o sigilo na divulgação do inquérito policial e processo criminal em questão, a fim de que as informações relacionadas somente sejam fornecidas com requisição judicial.

Em suma, não há evidente ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade impetrada que evidencie o direito líquido e certo necessário à concessão da segurança.

Posto isso, pelo meu voto, denego a segurança." (e-STJ, fls. 90-92).

A pretensão merece acolhimento.

Do exposto, tem-se que, na qualidade de advogado do réu, durante audiência realizada na 2ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto/SP, o acusado gravou, com auxílio de celular próprio, o depoimento prestado pela vítima, que se sentiu constrangida e comunicou os fatos à Polícia.

Após investigação, o recorrente foi indiciado, nos autos do inquérito policial n.º 0036404-31.2016.8.26.0506, por suposta prática do crime de coação no curso do processo, art. 344 do Código Penal.

Ao receber os autos, o Ministério Público Estadual requereu o arquivamento dos autos, ao argumento que "(...) não houve uma ameaça grave por parte do averiguado contra Edson. Mesmo em vista das circunstâncias concretas do caso (investigação dos membros do P.C.C.), para se configurar a ameaça exigida no art. 344 do Código Penal seria necessária maior concretude na manifestação ameaçadora, não se caracterizando como ameaça idônea, seria e concreta a simples filmagem do depoimento realizado pelo ofendido em audiência." (e-STJ, fls. 37-40).

Acolhendo a promoção ministerial, o Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto/SP determinou o arquivamento do inquérito policial, nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal (e-STJ, fl. 41).

A considerar que o inquérito policial foi arquivado diante da atipicidade da conduta do então indiciado, entendo que não há necessidade da manutenção do indiciamento, sobretudo por falta de utilidade do registro da apuração criminal, que inclusive pode vir a constituir mácula subjetiva e infundada à conduta do ora recorrente, que é advogado atuante na esfera criminal.

Nos termos do parecer do Ministério Público Federal, "No caso concreto, observa-se não haver utilidade na manutenção do indiciamento realizado pela autoridade policial, posto que o simples registro da apuração criminal é suficiente para causar dano

desmotivado às esferas subjetiva e social do indivíduo." (e-STJ, fl. 128).

Mutatis mutandis, submetido o inquérito policial ao crivo da autoridade judicial, sendo determinado seu arquivamento por atipicidade, é o caso de se vislumbrar a impertinência da manutenção dos registros policiais, tal como ocorre com os casos de indiciamento formal. A propósito:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 3º, I, E ART. 4º, A, AMBOS DA LEI N. 4.898/65. NULIDADE. DETERMINAÇÃO DE INDICIAMENTO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. TRANSAÇÃO E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. RECUSA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I - Com o recebimento da denúncia, a princípio, não mais se justifica o indiciamento formal do acusado (precedentes).

II - O recorrente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos no art. 3º, i, e no art. 4º, a, ambos da Lei n. 4.898/65, sendo-lhe negado o benefício da transação e da suspensão condicional do processo.

III - O Ministério Público, ao não ofertar os benefícios da Lei 9.099/95, deve fundamentar adequadamente a sua recusa. A recusa concretamente motivada não acarreta, por si, ilegalidade sob o aspecto formal (precedentes).

Recurso ordinário parcialmente provido apenas para anular a determinação judicial de indiciamento do recorrente e todos os efeitos dela decorrentes."

(RHC 60.445/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 13/05/2016).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS CONTRA INDEFERIMENTO DA LIMINAR PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 691 DO STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. POSSIBILIDADE. INDICIAMENTO FORMAL. PROVIDÊNCIAS PRÓPRIAS DO INQUÉRITO POLICIAL. DETERMINAÇÃO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. RECONHECIMENTO. ORDEM CONCEDIDA EX OFFICIO.

1. A aceitação de habeas corpus impetrado contra decisão que indeferiu a liminar em prévio writ se submete aos parâmetros da Súmula 691 do STF, somente afastada no caso de excepcional situação, o que se verifica na hipótese dos autos. 2. Não se admite a determinação de indiciamento formal do acusado, medida própria do inquérito policial, quando o feito já se encontra na fase judicial. Precedentes.

3. Uma vez ultimada a persecutio criminis pré-processual, é mais do que evidente a impertinência da medida em testilha.

4. Impetração não conhecida, mas concedida a ordem, ex officio, para cassar a decisão judicial que determinou o indiciamento do Paciente."

(HC 406.465/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS

MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 09/10/2017).

Desse modo, verifica-se constrangimento ilegal, bem como ofensa ao direito líquido e certo do recorrente a justificar a intervenção desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, "c", do RISTJ, **dou provimento** ao recurso para determinar o cancelamento do indiciamento do recorrente, sem prejuízo da abertura de nova investigação caso surjam novos fatos.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

